

PODER

Moro se salva da cassação

Senador mantém a cadeira ao ser absolvido por 5 x 2 no TRE-PR. Mas cabe recurso ao TSE — e partido de Bolsonaro deverá fazê-lo

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) absolveu, ontem, o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) nas ações que apontavam abuso de poder econômico e caixa 2, nas eleições de 2022. Por 5 x 2, prevaleceu o entendimento do relator do caso, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, para rejeitar as acusações do PL e do PT contra o ex-juiz da Operação Lava-Jato. A decisão poderá ser contestada na própria Corte e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A defesa de Moro afirmou no julgamento que, atualmente, não há limites bem definidos na legislação para os gastos no período de pré-campanha. Os advogados sustentaram, também, que não há provas do suposto abuso de poder econômico. Eles rotularam a acusação como “esquizofrenia absoluta” e argumentaram que a conquista da vaga no Congresso se deu devido a seu histórico de combate à corrupção.

Proclamado o resultado do julgamento, Moro afirmou que foi vítima de perseguição política nos processos. Segundo ele, seu trabalho à frente da Lava-Jato fez com que ele fosse vítima de “retaliação”.

Jonas Pereira/Agência Senado



Para o senador, ação que uniu PL e PT contra ele foi uma das reações à atuação que teve na Lava-Jato

“No fundo, não passa de oportunismo misturado com retaliação pelo combate à corrupção feito na Operação Lava-Jato. A Justiça deu uma resposta firme contra essa pretensão absurda. Há, ainda, e eu sei disso, um caminho pela frente. Mas espero

que a solidez desse julgamento sirva como um freio à perseguição absurda que eu e minha família sofremos desde o início deste mandato. As mentiras, as acusações fantasiosas, as ameaças — até mesmo do crime organizado”, criticou, em pronunciamento, ao

lado da mulher, a deputada Rosângela Moro (União Brasil-PR).

Moro disse, ainda, que o resultado do julgamento do TRE-PR servirá como base para outros parlamentares que enfrentarem ações parecidas. Segundo ele, o momento atual é de pacificação

» Câmara decide prisão de Brazão

A Câmara decide hoje se o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) segue preso na penitenciária de segurança máxima de Campo Grande (MS). Ele é apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, no qual morreu também do motorista Anderson Gomes. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem que o assunto deverá ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de manhã, e no Plenário, à tarde — onde são necessários 257 votos para manter a prisão. A bancada do União Brasil, antigo partido de Chiquinho, fechou questão que irá votar pela soltura.

e estabilidade institucional.

“Espero que eles, meus pares, sejam também bem-sucedidos nas respectivas provocações. Não será possível avançar se abdicarmos de nossas liberdade e democracia. É tempo de pacificação institucional e de respeito

ao Congresso. Não há inimigos em uma democracia, mas apenas adversários”, frisou.

Acompanharam o voto do relator os desembargadores Cláudia Cristina Cristofani, Guilherme Frederico Hernandez Denz, Anderson Ricardo Fogaça e Sigurd Roberto Bengtsson — presidente do TRE-PR. Os magistrados José Rodrigo Sade e Julio Jacob Junior votaram pela cassação do mandato de Moro.

Recurso

O advogado Bruno Cristaldi, um dos responsáveis pela ação do PL, afirmou que a equipe jurídica do partido não tem nenhuma orientação sobre deixar de recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Questionado sobre a orientação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que o caso não vá à instância final, afirmou que “nunca chegou absolutamente nada nesse sentido”.

Na segunda-feira, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que seu pai pediu ao PL para não recorrer ao TSE se Moro fosse absolvido. A avaliação era de que o desgaste político de o PL estar associado ao PT no processo é mais danoso do que as desavenças antigas com Moro.

» Entrevista | PROFESSORA DORINHA SEABRA | SENADORA (UNIÃO-TO)

“MEC não monitorou a reforma do ensino”

» MARINA DANTAS*

Para a senadora Dorinha Seabra (União Brasil-TO), o Ministério da Educação (MEC) errou ao não acompanhar a reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Isso porque, se o tivesse feito, algumas correções que serão feitas agora podiam ter sido realizadas antes, sem prejuízo para alunos, professores e secretarias de educação. A avaliação da parlamentar foi aos jornalistas Adriana Bernardes e Victor Correia na edição de ontem do CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Quais foram os equívocos do novo ensino médio aprovado, em 2017, que precisam ser corrigidos?

O principal equívoco foi a ausência de condução e apoio do Ministério da Educação (MEC) após a aprovação da reforma do ensino médio. Muitas ações foram propostas, você tinha que acompanhar e apoiar os sistemas de ensino. O ensino médio, basicamente, é ofertado pelos estados. Acho que na carga horária houve um achatamento grande em relação às chamadas disciplinas básicas ou geral.

A senhora comentava que algumas disciplinas desse processo de escolha dos

estudantes beiravam o ridículo...

Escolas ofereciam disciplinas que, diferentemente do pensado na reforma, não agregavam em nada à formação do aluno. O itinerário formativo responde a um desejo de flexibilidade, mas também ao aprimoramento. Essa flexibilidade para o aluno escolher qual o itinerário formativo que gostaria de seguir é bom no papel, mas está muito distante da realidade. Um tema polêmico, e que é necessário o enfrentamento — que foi grande parte do debate na Câmara — é a educação profissional.

Existe algum prazo ou alguma previsão para que esse texto

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Posso ter o melhor desenho do ensino médio, mas, se não melhorar a formação do professor, não vou conseguir ter qualidade

seja aprovado no plenário do Senado? Como está o andamento do texto?

Foi pedido uma prioridade e aprovamos as sugestões das instituições. Acredito que em dois dias e na próxima semana a gente já realize as audiências públicas. Hoje, estive com o ministro da Educação (Camilo Santana) e estabelecemos uma rotina de

trabalho. Em maio, a gente consegue tentar votar.

A senhora comentou que não pretende alongar a discussão no Senado. Por que a votação do projeto é uma urgência?

As mudanças e alterações que foram feitas no ensino médio em 2017 estão vigentes e praticamente todos os sistemas, em

maior ou menor grau, já tinham se organizado. Alteraram seus currículos, contrataram professores, produziram material. Os alunos estão sendo preparados com esse formato. Há exames nacionais, e até estaduais, que são direcionados por esse formato. Nossa maior preocupação é dar segurança para os alunos e para os sistemas se organizarem. Isso deve vir em uma graduação em relação à implementação e às alterações que serão feitas. Temos que pensar que as escolas precisam se organizar. Não temos tempo para grandes mudanças neste ano, mas tem que servir para organizar o sistema para que, em 2025, comece o processo de implementação gradativa. O aluno que está no segundo ou no terceiro ano não terá seu currículo inteiro alterado, gerando a necessidade de fazer novas disciplinas, ampliando a carga horária que tinha inicialmente. O Ministério da Educação terá que, junto com os secretários estaduais, com os conselhos estaduais e nacionais, estabelecer essa graduação para dar segurança ao sistema.

Vimos muitos problemas de implementação em relação ao Novo Ensino Médio. Mudanças desse tipo são difíceis de chegar

à ponta. O que é preciso aprender com esse processo para não prejudicar os alunos.

Um monitoramento do Ministério da Educação com os estados. É uma recomendação que tem que estar presente no texto. É normal ter que fazer ajustes. Fiz uma provocação a um ministro da educação sobre a formação dos professores no Brasil. Quem são e como eles estão sendo formados? Qual o envolvimento das instituições públicas, em especial, as federais com essa formação do professor? Posso ter o melhor desenho do ensino médio, mas, se não melhorar a formação do professor e garantir que os melhores continuem no sistema, não vou conseguir ter qualidade.

Sobre o currículo flexível, e que a escola pode oferecer ao aluno, como se consegue evitar problemas com disciplinas que não conduzem o estudante à capacitação profissionalizante?

Essa parte flexível não é aleatória e vai ter uma permissão para que essas disciplinas sejam direcionadas. O Ministério da Educação deve criar diretrizes para decidir como o sistema vai fazer a escolha.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

“SE HOUVESSE PODER MODERADOR, ESTE DIRIA QUE A CONSTITUIÇÃO GARANTE O DIREITO DE EXPRESSAR O PENSAMENTO SEM ANONIMATO E VEDA QUALQUER TIPO DE CENSURA, POLÍTICA, ARTÍSTICA OU IDEOLÓGICA”

O estrangeiro

Já que o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) não se anima, Elon Musk resolveu peitar Alexandre de Moraes, supremo entre os supremos. O empresário ficou popular no Brasil e o ministro do Supremo Tribunal Federal se tornou conhecido no mundo. Musk não é americano, e sim sul-africano, mas como ele mora nos Estados Unidos — é lá que estão suas empresas — vale aqui no Brasil como americano, para turbinar nosso espírito colonial.

Enfim, um salvador da pátria, já que o outro está inegável, por inspiração de Alexandre de Moraes. Combater as decisões do ministro é perigoso para quem

não quer ir morar na cadeia ou nos EUA. Então, ninguém com melhor salvo-conduto do que Musk para sugerir que Moraes renuncie ou sofra impeachment. Outros podem ter sido acordados para o nacionalismo e estão julgando que Musk se intromete mais em nossa soberania do que o presidente francês Emmanuel Macron na Amazônia.

O inquérito das fake news, ao ser aberto sem Ministério Público pelo ministro Dias Toffoli, considerou que as dependências do Supremo são o mundo, como o urbi et orbi do papa, falando para Roma e o mundo. E pegou todo mundo

— nem Elon Musk escapou. O nome “inquérito do fim do mundo”, apadrinhado pelo ministro aposentado Marco Aurélio, nunca esteve tão próximo do apocalipse.

A inclusão de Musk, agora investigado pela Polícia Federal (PF), rendeu notícia nos jornais do mundo todo, talvez até superando o ibope do Tribunal de Haia. E Musk concorre com Vladimir Putin, como alvo de tribunais de nomeada.

Musk prometeu livrar dos bloqueios no seu X os censurados por Moraes. E ressalva que foi Moraes, e não a plataforma, que os bloqueou. Por sua vez,

Moraes ameaçou multar Musk em R\$ 100 mil por perfil liberado. Fiança ao contrário. Musk reconhece que pode perder dinheiro se tiver que retirar seus negócios do Brasil. Porque dinheiro ele pode perder, e ainda lhe sobra muito. Já defender a liberdade de expressão é um acúmulo de capital que ninguém pode bloquear. Imagine o quanto vale o reconhecimento de que é um defensor da liberdade de expressão no Brasil.

De nossa parte, a gente pode perder o X, o pay pal, o starlink, a Tesla... e, quem sabe, perder a oportunidade de voar daqui para outra galáxia — o que

foi criticado por Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o nosso presidente, não há espaço em outros mundos e Musk tem que aprender a viver aqui. Por aqui, na Amazônia, 90% da ligação com o mundo é pelos satélites de Musk.

De repente, o Brasil se dividiu em duas torcidas: Moraes e Musk. A torcida de Moraes diz que nenhum empresário pode deixar de se submeter à Constituição, às leis e às decisões do Poder Judiciário. A torcida de Musk grita, das arquibancadas, que nenhuma autoridade pode ignorar as leis, a Constituição e o Poder Legislativo.

Se houvesse Poder Moderador,

este diria que a Constituição garante o direito de expressar o pensamento sem anonimato e veda qualquer tipo de censura, política, artística ou ideológica. E que para calúnia, injúria e difamação, já tem o Código Penal. As questões das redes sociais já estão na Lei de 2014, o Marco Civil da Internet.

Teve que aparecer um estrangeiro a nos alertar sobre liberdade de expressão. Se for para impedir mentira espalhada, é impraticável. Deixem o povo identificar os mentirosos e condená-los ao ostracismo. O povo que não condenar o mentiroso ficará sempre condenado.